

GOMES, Janine da Cunha. **Educação Inclusiva: quem se responsabiliza?** 1.<sup>a</sup> ed. – Curitiba, Appris, 2018.

Geane das Chagas Silva<sup>1</sup>  
Lucio Fernandes Ferreira<sup>2</sup>

A resenha versa sobre a obra “Educação Inclusiva: quem se responsabiliza?” é composta de três partes, nas quais a escritora realiza uma análise criteriosa das questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, com destaque para a relação professor X aluno no contexto da escola inclusiva e os aspectos históricos no Brasil – conteúdos que contribuem para novas práticas, para novas pesquisas e para a superação de preconceitos. Todo este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no município de Tucuruí-PA.

**Na primeira seção**, “Cultura, Comunidade e Identidade Surda: teorizações e lutas sociais”, a autora faz considerações sobre características da cultura, da comunidade e sobre a identidade dos surdos.

Tem-se a exposição da “Cultura Surda”, cujo texto nos mostra que a relação entre o indivíduo surdo e os meios sociais díspares ao seu favorece a construção da sua identidade e, conseqüentemente, da sua cultura. Conhecer essa cultura é primordial para o processo de sua compreensão, destacando-se os artefatos culturais que a diferem da cultura ouvinte, mas que não a deixam “à parte”. Ela é um componente, mesmo apresentando características que lhe são peculiares e muitas vezes desconhecidas pelos ouvintes, como o caso da educação bilíngue, mesclagem tanto da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quanto da Língua Portuguesa escrita, demonstrando uma cultura flexível e dinâmica por receber influências dos ouvintes.

Partindo desse princípio, no que tange à “Identidade Surda”, a autora defende que o surdo, ao construir sua identidade, evolui, cria meios de ser e de estar no mundo, do seu jeito, e sente necessidade de interagir com outros surdos por terem a mesma identidade cultural e por não serem compreendidos pelos ouvintes. A construção da sua identidade não é um processo

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – AM, integrante do Laboratório de Estudos em Comportamento Motor Humano (LECOMH/UFAM), Professora permanente da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1454-9964>, e-mail: [geanelayssa@gmail.com](mailto:geanelayssa@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade de São Paulo (USP) - SP, professor permanente da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF/UFAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - AM, Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM) e líder do Laboratório de Estudos em Comportamento Motor Humano (LECOMH/UFAM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1193-6029>, e-mail: [luciofer@ufam.edu.br](mailto:luciofer@ufam.edu.br)

único e fixo, mas sim existem vários tipos dessa formação como a híbrida, a flutuante, de transição, a intermediária, a diáspora, a política e a embaçada.

A referida seção também contempla a definição de “Comunidade Surda”, que é descrita no texto como uma composição de pessoas com características diferentes. De acordo com a autora, para melhor entender a vivência das pessoas surdas, precisamos conhecer fatos da sua história, língua, necessidades e tantas outras coisas que as tornam ímpares. Um ponto de grande relevância são os esclarecimentos sobre a LIBRAS, aprovada em 2002, tornando-se oficial em nosso País. A LIBRAS é a primeira língua dos surdos; e a Língua Portuguesa escrita, a segunda, por tão grande ser a sua importância.

Observamos na seção supracitada a realidade vivenciada pelo surdo em busca de conquistar o seu espaço. Apresenta-se a Cultura Surda como algo diferente, mas não alheio ou externo à cultura ouvinte, e sim como um componente real e importante, pois é por meio do contato social com a diferença que o surdo constrói a si e a sua cultura. Por meio dessa construção a pessoa surda molda sua identidade, sente a necessidade de interagir com seus pares devido à facilidade da linguagem comum entre eles. Com esse contato, surgem as Comunidades Surdas, caracterizadas pela composição de pessoas com características dessemelhantes, mas detentoras em comum da linguagem, a LIBRAS, contemplada legalmente como primeira língua do público surdo.

**Na seção** denominada “A Escolarização do Aluno Surdo: desafios da inclusão”, temos a escolarização no Brasil e as reflexões sobre educação inclusiva e a inclusão do aluno surdo na escola regular. A autora a principia pelo subcapítulo “Um olhar sobre a escolarização de surdos no Brasil”, fazendo o relato da primeira instituição para surdos em nosso País, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (IISM), criado em 1855, direcionado ao ensino profissional e ao campo agrícola, que, mais tarde, passaria a chamar-se INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A obra destaca que, com o aumento da demanda de alunos à instituição, criaram-se diversas escolas especiais para surdos nos Estados brasileiros, demonstrando um processo de descentralização que beneficiou um número maior de alunos. Tucuruí (PA) também fez parte dessa iniciativa, onde o atendimento iniciou na década de 1970 pela empresa responsável pela hidrelétrica da região, a qual também construiu escolas especiais que, mais tarde, passaram à gerência da Secretaria Municipal de Educação.

Também descreve que, após esse período, se intensificaram as discussões em torno da educação para surdos, e os que defendiam a LIBRAS ganharam força com as novas políticas

nacionais de educação brasileira e com o apoio da Federação Nacional dos Surdos. Finalmente, a denominação ultrapassada “surdo-mudo” perdeu espaço, então se passou a utilizar o termo “surdo”.

Por outro lado, é notório que, em muitos lugares deste País, os aspectos legais permanecem negligenciados, deixando à margem muitas pessoas com deficiências. Estar na escola não assegura a inclusão; ainda é necessário esclarecimentos sobre a concepção de educação inclusiva no cotidiano escolar e, principalmente, ter atenção ao fazer pedagógico frente à diversidade.

No subcapítulo “Para compreender a Educação Inclusiva”, a obra nos mostra os avanços conseguidos com a Declaração de Salamanca (1994), que reconhece a urgência de uma reforma na educação, considerando as diferentes necessidades especiais e a sua inclusão no sistema regular de ensino. A autora também afirma que, a partir da educação inclusiva, todos têm direito à educação, à oportunidade de aprender, independentemente de suas diferentes características e necessidades de aprendizagem.

A escritora apresenta nesse subcapítulo leis que sucederam a Declaração, “fortalecendo” o processo de inclusão. Por exemplo, a aprovação de LDBEN n.º 9.394/1996, que atribuiu funções e responsabilidades quanto à inclusão do aluno com deficiência no ensino regular. Em 2002, entrou em vigor a Lei n.º 10.436, que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, assim como a sua inclusão na formação de professores nos cursos de Licenciatura, fato de grande importância, pois deu oportunidade de conhecimento e aprendizagem aos docentes, viabilizando a comunicação com alunos surdos na sala de aula comum.

Pela descrição, notamos a necessidade de que essas mudanças migrem do campo teórico para o prático e envolvam todos os atores educacionais, por meio de iniciativas de adaptações dos currículos, qualificações dos professores, uso de materiais e estratégias pedagógicas adequadas, acompanhamento do aluno etc.

A segunda seção encerra com o subcapítulo “O aluno surdo no contexto da Educação Inclusiva e suas especificidades”. Incluir o aluno surdo não abrange somente a realização de sua matrícula no ensino regular, mas também a percepção de que precisará ser atendido por profissionais qualificados, possibilitando o direito à aprendizagem na sua escola, na sua sala de aula.

A escritora defende que o formato educacional precisa ser constantemente renovado para corresponder às necessidades da nova educação, que passa por constantes mudanças. Os

conhecimentos em LIBRAS são primordiais nesse processo, por meio do uso de tradutores e intérpretes, para possibilitar a inserção das pessoas com surdez no cotidiano escolar. O processo para a inclusão do surdo na escola regular inicia pela formação dos professores, pois precisamos de profissionais qualificados e capacitados.

Percebam quantos aspectos estão envolvidos na inclusão do aluno surdo no ensino regular. É um caminho iniciado desde a formação dos profissionais envolvidos, pois a partir desses conhecimentos as possibilidades didáticas se ampliam, como a aquisição de habilidades em LIBRAS e a presença de tradutores e intérpretes da área nas escolas. Esses são pontos fundamentais no processo, conjuntamente com a atualização constante dos processos pedagógicos em função das singularidades presentes em cada indivíduo.

A **terceira seção**, “Escola Inclusiva: um olhar sobre a relação professor X aluno surdo”, aborda observações sobre a relação docente e aluno surdo, como está sendo tratada a Cultura e a Identidade Surda no ambiente escolar.

Inicia-se pela temática “A importância da relação professor X aluno surdo”, segundo a qual as práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização do aluno surdo. O texto afirma que esses procedimentos se tornarão coerentes e eficazes quando os professores receberem o desafio de perceber as diferenças metodológicas e educacionais e fizerem disso um primeiro passo rumo à efetivação da inclusão. É preciso ter um olhar especial para perceber se a experiência está sendo inclusiva ou se é apenas uma forma de exclusão disfarçada.

Em “Um olhar sobre a prática inclusiva do aluno surdo: Cultura e Identidade Surda em questão”, a autora sai em defesa da assunção da Identidade e da Cultura Surda desde a escola, realizando ações educacionais escolares nas quais se considera como primeira língua a LIBRAS, dando oportunidade de os surdos se firmarem como uma cultura original e autônoma.

A obra é finalizada no subcapítulo “Os desafios e a realidade da inclusão do aluno surdo: a relação professor (a) x aluno(a) e a participação da Comunidade Surda em questão”. Descreve que os educadores devem encontrar formas para realizar o trabalho de inclusão, devendo criar meios e atividades que possibilitem o envolvimento, a interação com os demais, percebendo o outro em sua alteridade, almejando o respeito que a Comunidade Surda merece. Defende o bilinguismo como o método mais adequado para incluir o surdo, mas a escola precisa incluí-lo também.

Percebemos que a última seção traz um alerta sobre os aspectos presentes na relação professor(a) e aluno(a) surdo(a) na sala de aula do ensino regular, que podem ser influenciadores positivos ou negativos. Essa preocupação é pertinente em função de o professor

estar em contato cotidiano com o aluno; também por ser o momento mais importante de desenvolvimento das potencialidades e das habilidades discentes; e, ainda, o momento real da manifestação do processo ensino-aprendizagem. Esse andamento precisa ser configurado por atitudes inclusivas mediante o respeito à diferença e a adoção da LIBRAS como genuinamente a primeira língua do aluno surdo.

Constatamos que, na “Obra Educação Inclusiva: quem se responsabiliza?”, a autora, Janine da Cunha Gomes, situa o leitor na realidade da educação do surdo em nosso País e no processo institucionalizado da educação da pessoa surda, mostrando a relação docente e aluno com intuito de trazer contribuições à reorganização pedagógica e à inserção de profissionais qualificados, dando vez e voz à Educação Inclusiva.

Mostrou a necessidade do aumento das discussões e das pesquisas sobre o tema “educação do surdo”, fazendo considerações importantes em relação ao modelo da educação bilíngue. A autora afirma ser fundamental que os envolvidos na educação respeitem a Língua de Sinais e a Cultura Surda, bem como aponta os pontos negativos e prejudiciais ao(à) aluno(a) surdo(a) como a falta de investimentos em formação dos professores e o desconhecimento no momento de elaborar atividades realmente inclusivas.

Enfim, a autora retratou, de forma breve, todas as questões envolvidas em torno da educação do surdo dentro da perspectiva da educação inclusiva, destacando que a discussão sobre esse tema se mostra inacabada e em constante construção. A obra é recomendada aos interessados no contexto da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Surdo, especialmente acadêmicos, pais, pesquisadores e professores que lidam com a inclusão no seu dia a dia, no sentido de analisar, de compreender e de refletir acerca desse processo.

#### Agradecimentos:

Agradecemos ao apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC, e do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.